DEMOCRATIZANDO O PODER LOCAL: 20 ANOS DO CONASEMS

Sonia Fleury[1]

O encontro entre as forças do movimento municipalista e as do movimento da Reforma Sanitária, na luta pela democratização do país, levaram a uma defesa intransigente da descentralização das políticas públicas, em especial do sistema de saúde, com vistas ao fortalecimento e democratização do poder local.

A longa trajetória de um país altamente centralizado evidenciava o autoritarismo nas relações intergovernamentais, gerando um federalismo marcado por uma excessiva concentração do poder. Portando, a democratização brasileira seria sempre uma experiência de revitalização do poder local.

A criação do CONASEMS fez parte da proposta inovadora da Reforma Sanitária, que se apoiou na construção de um conjunto de novas instâncias gestoras, de pactuação e de negociação, que expressassem um projeto de descentralização capaz de deslocar o poder do nível central para o local e, simultaneamente, do estado para a sociedade. Neste sentido, o entendimento do fortalecimento do poder local não se restringe ao aumento do poder do governo local, mas também da sociedade local. Formas inovadoras de controle social e co-gestão foram criadas, simultaneamente às instâncias de organização dos gestores e às arenas de negociação e pactuação.

O trabalho que o CONASEMS desenvolveu nestes 20 anos deu vida a estes princípios doutrinários da Reforma Sanitária, sendo os gestores municipais partícipes privilegiados na construção da nova institucionalidade do Sistema Único de Saúde – SUS. O enfrentamento das contradições entre um projeto de descentralização cujos recursos seguiram centralizados enquanto se descentralizavam atribuições foi um dos motores da ação política dos representantes dos Secretários (as) Municipais de Saúde, que assim alcançaram legitimar-se diante de suas bases.

Para enfrentar-se a uma permanente ênfase normativa e, ao mesmo, tempo, responder aos desafios da gestão dos sistemas municipais de saúde, esta representação teve que buscar desenvolver uma nova base técnica tanto por parte dos Secretários (as) Municipais quanto por parte da própria entidade que os representa. Os Congressos, os

---

[1] Presidente do CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde)

COSEMS, as redes de relações de troca e apoio mútuo, as assessorias técnicas, a divulgação, etc., foram importantes instrumentos desenvolvidos e fortalecidos ao longo desta trajetória exitosa.

Muitos são, no entanto, os desafios que ainda precisam ser enfrentados pela entidade, que se renovam a cada nova conjuntura. Um deles, sem dúvidas, decorre do descolamento entre o SUS e os governos locais, requerendo a busca de novas formas de articulação entre as secretarias de saúde, os prefeitos e as demais secretarias municipais.

A necessidade de integração das políticas econômicas e sociais para o desenvolvimento local exige repensar um modelo de desenvolvimento local integrado, no qual a saúde joga um papel crucial.

A integração das políticas sociais e a integralidade de sua ação, de forma a romper os limites setoriais e rearticular-se desde uma perspectiva territorial e populacional, são fundamentais para aumentar a efetividade das ações das políticas públicas.

A revitalização dos mecanismos de controle social e as tensões entre as instâncias de pactuação de gestores e as de controle social é um tema que vai determinar nossa real capacidade de democratização do poder local. Esta é, seguramente, uma das perspectivas centrais no redirecionamento da gestão do SUS em torno às necessidades e à centralidade do usuário (a) no exercício de sua cidadania. Os riscos de sobrepor a lógica burocrática à lógica das necessidades e direitos da cidadania não ocorrem apenas no nível central, eles se reproduzem em todos os níveis e devemos encontrar formas de reversão destas tendências em ações concretas no nível local.

A importância de evidenciar as experiências locais inovadoras demonstra o enorme potencial da gestão municipal, mas pressupõe uma busca constante de formas mais efetivas de articulação das experiências isoladas em uma estrutura reticular que possa concretizar a proposta do SUS.

Passados todos estes anos de experiência, êxitos, lutas e inovações, temos a convicção que além de celebrar os avanços, devemos nos colocar diante do desafio de formular padrões de efetividade, qualidade, humanidade e gestão que definam de forma explícita nossa intolerância em relação a todas as formas de desigualdades injustas, ou seja, aquelas que não se justificam por razões de natureza biológica e tecnológica. As garantias explícitas do atendimento aos usuários (as) do SUS devem nos aproximar

ainda mais da população, seja pelo reconhecimento de suas necessidades, seja ainda pela promoção de sua dignidade.

O CONSEMS e todas as entidades que defendem o projeto da Reforma Sanitária como nós do Cebes, temos pela frente o desafio de enfrentar hoje a questão democrática da saúde, formulando o projeto de desenvolvimento nacional com o qual nos comprometemos e para o qual dirigimos nossas ações no campo da saúde. O aprofundamento da democracia no Brasil passa pela saúde, pela enorme capacidade de organização, mobilização e institucionalização que criamos setorialmente. No entanto, o desafio da construção democrática deve transcender a perspectiva setorial, rearticulando a saúde com a democracia em cada nova conjuntura. Temos certeza que a experiência destes 20 anos do CONASEMS o qualifica como um ator estratégico na formulação de um projeto nacional democrático e inclusivo.